

**POVOS INDÍGENAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO: OCUPAÇÃO TERRITORIAL E
USOS DOS RECURSOS NATURAIS**

*INDIGENOUS PEOPLES OF THE PERNAMBUCO HISTORY: TERRITORIAL
OCCUPATION AND USE OF NATURAL RESOURCES*

*PUEBLOS INDÍGENAS DE PERNAMBUCO: OCUPACIÓN TERRITORIAL Y USO DE
LOS RECURSOS NATURALES*

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva

Instituição: Instituto Federal de Educação Sertão Pernambucano
Campus Petrolina
E-mail: edivania.granja@ifsertao-pe.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6097-6529>

FLORÊNCIO, Roberto Remígio

Instituição: Instituto Federal de Educação Sertão Pernambucano
Campus Petrolina Zona Rural
E-mail: roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3590-9022>

SANTOS, Carlos Alberto Batista dos

Instituição: Universidade do Estado da Bahia
E-mail: cabsantos@uneb.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2049-5237>

Recebido: 25/12/2024 | Revisado: 27/12/2024 | Aceito: 29/12/2024 | Publicado: 31/12/2024
DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14569404>

Resumo - Apresentamos os processos de mobilizações étnicas relacionados a questões socioambientais, na Bacia do Rio São Francisco, sertão pernambucano, a partir da História Ambiental e da Ecologia Humana, trazendo reflexões pautadas nas relações dos seres humanos com os ambientes que habitam, nas dimensões físicas e simbólicas. O sertão foi espaço de intensa ocupação humana desde o período colonial, local de empreendimento das atividades agrícolas e pecuária, gerando conflitos com populações indígenas que viviam às margens do Rio São Francisco, onde permanecem até os dias atuais. No presente manuscrito, buscamos compreender as dinâmicas de ocupação e os usos dos recursos naturais pelos povos indígenas Pankará e Truká, na tentativa de destacar continuidades e descontinuidades socioambientais em seus territórios físicos e simbólicos, respectivamente a Serra do Arapuá na cidade Caraubeira da Penha e a Ilha de Assunção na cidade de Cabrobó, ambas no estado de Pernambuco, Brasil.

Palavras-Chave: Povos nativos; Conflitos Socioambientais; História Ambiental; Territorialidade.

Abstract - We present the processes of ethnic mobilizations related to socio-environmental issues, in the São Francisco River Basin, backlands of Pernambuco, based on Environmental History and Human Ecology, bringing reflections based on the relationships between human beings and the environments they inhabit, in the physical and symbolic dimensions. in relation to Nature. The hinterland has been a space of intense human occupation since the colonial period, a place for agricultural and livestock activities, generating conflicts with

indigenous populations that lived on the banks of the São Francisco River. Where they remain to this day. We seek to understand the dynamics of occupation and the uses of natural resources by the Pankará and Truká indigenous peoples, in an attempt to highlight socio-environmental continuities and discontinuities in their physical and symbolic territories, respectively the Serra do Arapuá in the city of Carnaubeira da Penha and the Island of Assunção in the city of Cabrobó, both in the state of Pernambuco, Brazil.

Keywords: Native peoples; Socio-environmental Conflicts; Environmental History; Territoriality.

Resumen - Presentamos los procesos de movilizaciones étnicas relacionadas con cuestiones socioambientales, en la cuenca del río São Francisco, interior de Pernambuco, a partir de la Historia Ambiental y la Ecología Humana, trayendo reflexiones basadas en las relaciones entre los seres humanos y los ambientes que habitan, en el Dimensiones físicas y simbólicas en relación con la Naturaleza. El interior del país ha sido un espacio de intensa ocupación humana desde el período colonial, lugar de actividades agrícolas y ganaderas, generando conflictos con las poblaciones indígenas que vivían en las riberas del río São Francisco. Donde permanecen hasta el día de hoy. Buscamos comprender las dinámicas de ocupación y usos de los recursos naturales por parte de los pueblos indígenas Pankará y Truká, en un intento de resaltar continuidades y discontinuidades socioambientales en sus territorios físicos y simbólicos, respectivamente la Serra do Arapuá en la ciudad de Carnaubeira. da Penha y la Isla de Assunção en la ciudad de Cabrobó, ambas en el estado de Pernambuco, Brasil.

Palabras clave - Pueblos originários; Conflictos socioambientales; Historia ambiental; Territorialidad.

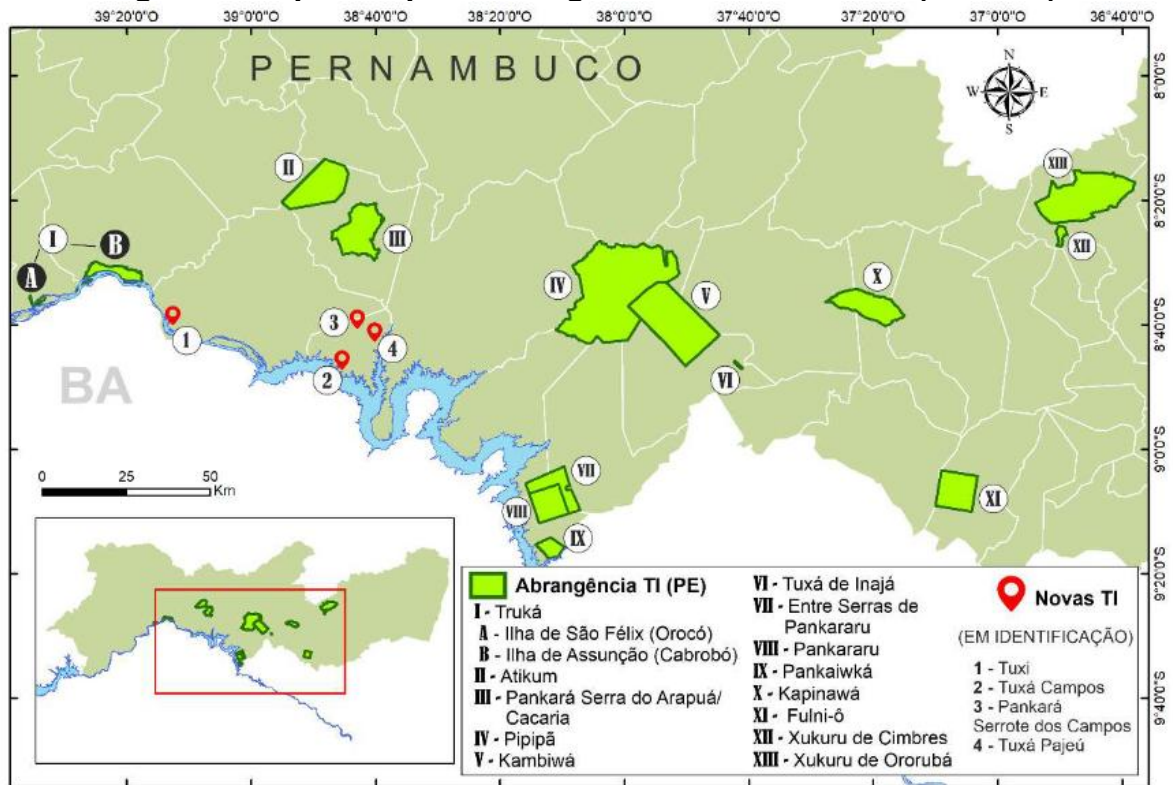
INTRODUÇÃO

A bacia do São Francisco abrange uma área de 634.000 Km², com extensão de 2.700 km, da nascente em Minas Gerais até a foz, entre os Estados de Alagoas e Sergipe, abastecendo uma população estimada em mais de 15 milhões de pessoas (SANTOS, 2008). Em relação aos aspectos fisiográficos, o Rio São Francisco foi dividido em quatro regiões: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco (FERRAZ; BARBOSA, 2015).

A região do sertão pernambucano foi espaço de intenso processo de ocupação colonial, que teve como principal empreendimento a atividade da pecuária, palco de conflitos intensos com as diversas populações indígenas que habitavam essa região, principalmente a área de abrangência do Rio São Francisco. Para facilitar a ocupação da região pelos colonos e com o objetivo de *cristianizar* os indígenas, foram empreendidas várias missões religiosas, resultando em um significado quantitativo de aldeamentos (Figura 1).

Para fins de delimitação geográfica, poderá ser utilizado o termo “Região de Abrangência do Opará (RAO) ou Área de Abrangência do Opará, que tem como critério de inclusão nesta pesquisa a área geopolítica denominada Submédio São Francisco, do território pernambucano” (FLORÊNCIO; ABIB, 2022, p. 109), conforme mapa:

Figura 1: Mapa dos povos indígenas de Pernambuco (COPIPE)



Fonte: Oliveira (2020).

Atualmente, essa é a área que abriga a maior parte dos povos indígenas aldeados de Pernambuco – Atikum, Kambiwã, Kapinawã, Pipipã, Pankararu, Pankaiukã, Pankará da Serra do Arapuã e do Serrote dos Campos, Trukã e Tuxã. No agreste do Estado, temos os Fulni-ô, os Xukuru do Ororubã e de Cimbres.

METODOLOGIA

Trata-se de um artigo de revisão da literatura baseada na técnica de Revisão Narrativa, caracterizada pelo uso de uma metodologia que visam a busca de um tema específico em bases de dados científicos (BOTELHO; CUNHA; MACEDO. 2004).

A revisão da literatura narrativa ou tradicional, quando comparada à revisão sistemática, apresenta uma temática mais aberta, não necessita de uma questão específica

bem definida, nem exige um protocolo rígido para sua confecção. A busca das fontes não é pré-determinada nem específica, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva (CARVALHO et al.,

No entanto, esta metodologia é comumente utilizada nos espaços acadêmicos, com o objetivo de descrever o estado da arte de um tema específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual, constituindo-se, basicamente, da análise da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador (BERNARDO; NOBRE; JANETE, 2004), que irá possibilitar aos pesquisadores a aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período (ROTHER, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Povos indígenas do sertão pernambucano: lutas e identidades

O sertão, desde o período colonial, é uma construção sociocultural complexa e conturbada; um importante espaço socialmente constituído a partir de um projeto de dominação histórica. A ocupação do sertão nordestino teve o Rio São Francisco como importante via de penetração para o interior da região. O processo expansionista do empreendimento colonizador português na América, especialmente na chamada Capitania do Norte, ocorreu inicialmente por meio da implantação das missões, sob a égide da Igreja Católica Romana, principalmente com a atuação dos missionários Jesuítas, Capuchinhos e Oratorianos. A atuação desses religiosos contribuiu sobremaneira para o processo de aldeamento de povos considerados “hostis”, o que favoreceu o expansionismo colonial (SILVA, 2004).

Assim, a bacia do São Francisco, desde o início da colonização imposta pelos invasores do século XVI, foi espaço de instalação de vários aldeamentos, dentre eles, destacamos o aldeamento na Ilha do Pambu, também denominado “aldeamento de Assunção”, fundado por missionários Capuchinhos franceses em meados do século XVII, em uma região onde atualmente habitam o povo Truká no Estado de Pernambuco e o povo Tumbalalá, na Bahia.

A data de fundação do referido aldeamento é divergente na literatura do período. É

apontado o ano de 1722 como a provável data de fundação. Em 1761, registra-se a existência de duas aldeias: Pambu e Assunção. No mesmo ano, os nativos aparecem reunidos em um único aldeamento e constituída a Vila de Assunção. Com a instituição da Lei de Terras, em 1850, ocorrem conflitos na Ilha de Assunção e um acelerado processo de esbulhos de terras, resultando na apropriação da Ilha pelo Bispo de Pesqueira, como patrimônio da Igreja Católica, segundo Batista (2005), Santos (2011), Santos Júnior (2014) e Florêncio; Abib (2022). Assim, em fins do século XIX, os povos indígenas no Nordeste “desapareceram” enquanto coletividades pela desestruturação de seus territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como “remanescentes”, “descendentes” e ainda como “caboclos”, de acordo com estudos de Clastres (1977) e de Oliveira (2004).

A partir da década de 1920, ocorreu um novo processo de afirmação étnica, com o reconhecimento pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI dos “descendentes” dos Carnijós por meio da criação de Posto Indígena na área do antigo aldeamento da Missão Ipanema, onde atualmente vivem os Fulni-ô, no município de Águas Belas/PE. Ainda na primeira metade do século XX, ocorreram várias articulações interétnicas e outros povos indígenas passaram a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação da instalação de postos indígenas, como foi o caso do povo Truká, em Cabrobó/PE, que a partir de 1940, participou ativamente de mobilizações com outros grupos étnicos e com o SPI para conquista de reconhecimento étnico e de seu território ancestral (Oliveira, 2014).

Os Pankará, da Serra do Arapuá, entre os municípios de Floresta e Carnaubeira da Penha, em Pernambuco, também tornaram público seu ressurgimento étnico, no *I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial*, ocorrido no ano de em 2003, em Olinda/PE. No momento, os indígenas afirmaram sua identidade étnica e autodenominaram-se “povos resistentes”, mobilizados pelas reivindicações e garantia de seus territórios de suas expressões socioculturais, pela conquista de direitos a uma educação e saúde diferenciadas (SILVA, 2004). Esse processo de afirmação de identidade étnica do povo Pankará tem sua sustentação no Toré¹ a “tradição mantida pelos mais velhos há mais de um século na Serra do Arapuá” (SANTOS, 2011, p. 40).

Os Pankará possuem sua organização social e territorial específica, representada

¹ Manifestação coletiva e ritualística, marcada pela dança em círculo, uso de maracás e “linhas” com versos entoados pelos participantes. O toré é praticado por diversas etnias e povos indígenas sulamericanos com discretas variações; trata-se de um movimento de afirmação étnica e religião com os elementos da natureza e da ancestralidade, também como demonstração cultural, em espaços públicos e mobilizações sociopolíticas (Silva, 2017).

pelas lideranças, pajés² e cacique³. A população Pankará atualmente é estimada em 5.000 pessoas, distribuídas em 53 aldeias, ocupando um território de brejo de altitude, no município de Carnaubeira da Penha, desmembrado de Floresta em 1991.

Povos indígenas do sertão pernambucano: territorialidades

Este estudo considera as concepções do antropólogo João Pacheco de Oliveira (2004, 2014), para entender os processos de territorialização dos povos indígenas no Nordeste, pensando-os a partir do processo colonizador empreendido na América Portuguesa e as relações com a sociedade “nativa”. Dessa forma, a presença colonial inaugurou uma nova relação dos povos nativos com o território que ocupavam, a partir de complexas transformações de sua existência sociocultural. Exigindo reflexões acerca desses povos e seus territórios para compreendermos as mudanças ocorridas em suas organizações sociais e os sentidos atribuídos às suas expressões culturais.

Assim, a territorialização dos povos indígenas deve ser pensada como um processo de reorganização social, que envolve “uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”, necessidade de elementos políticos especializados, uma “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” e “a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Esse processo de territorialização foi iniciado com a atuação da Igreja Católica, a partir das missões religiosas, em especial, no Sertão do Rio São Francisco, sendo o trabalho dos missionários para o “amansamento” dos nativos, a mais importante composição do empreendimento político do Estado Colonial Português. E os missionários utilizaram como estratégia a catequese, que, por sua vez, eram utilizados os expedientes de disciplina e temor para a acomodação de distintos grupos indígenas, de forma homogeneizante em aldeamentos. Assim, ocorreu a “primeira mistura”, o que contribuiu para a ocupação territorial e a produção econômica da Coroa, segundo Clastres (1977) e Oliveira (2004). Processo esse marcado pelos conflitos e interesses distintos entre “curraleiros⁴”, missionários e indígenas, sendo espaços de novas estratégias de utilização do ambiente, de recriação de identidades e tradições.

² Líderes médicos e espirituais (Santos *et al*, 2016).

³ Chefes das aldeias que tem por função organizar, articular, orientar e representar a aldeia ou o povo diante de outros povos (Santos *et al*, 2016).

⁴ Pessoa que trabalha cuidando de currais (Dicionário OnLine de Português: <https://www.dicio.com.br/curraleiro/>)

O “segundo momento da mistura” ocorreu a partir da alteração nos aldeamentos missionários, a partir da perspectiva política assimilacionista e preservacionista impressa pelos religiosos por meio de medidas implantadas pelo “Diretório dos Índios” com o incentivo aos casamentos interétnicos, o estímulo à prática da pecuária, a fixação de colonos nas áreas de antigos aldeamentos e a gestão de civis nos aldeamentos. Mas, o impacto dessas medidas não foi suficiente para a retirada total das populações indígenas dos antigos aldeamentos. Muitas dessas áreas continuaram sendo ocupadas pelos “descendentes dos índios das missões, ao mesmo tempo, que se identificavam coletivamente mediante referências às missões originais, a santos padroeiros ou acidentes geográficos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

A partir do século XIX, na região do Submédio São Francisco, ocorreu uma acentuada mobilidade indígena. Pressionados pela ocupação dos espaços por meio da expansão dos empreendimentos agropastoris, os povos originários foram obrigados a buscar refúgios em locais de difícil acesso, como as ilhas e ilhotas do leito do São Francisco e as serras, principalmente nas Serras Negras, Umãs e Arapuá, áreas conhecidas como “brejos de altitude”, consideradas “ilhas verdes” no Sertão, favorecendo nesses espaços relações interétnicas, bem como a instalação de novos aldeamentos.

A região atualmente habitada pelos Pankará e por outros grupos, no século XIX era ocupada por uma diversidade de povos, como o “Pipiães, Avis, Xocós, Carateus, Vouvês, Tuxás, Aracapás, Caripós, Brancararus e Tamaqueús” (SANTOS, 2011, p. 16), abrangendo a região do atual município de Floresta e várias ilhas no Rio São Francisco, entre os municípios de Petrolândia, Cabrobó e Orocó. Novos aldeamentos nessa região foram organizados por missionários Capuchinhos italianos no Século XIX e tinham como objetivo a fixação de indígenas “errantes” para torná-los obedientes e dispor de mão de obra para os fazendeiros.

Os religiosos atuaram na “pacificação” de indígenas de diversas etnias, como os Pipipã, Chocó, Oê e Umã e fundaram a Aldeia do Jacaré, na Serra Negra em 1802, onde. Entre os anos de 1804 e 1806, os religiosos fundaram o Aldeamento do Olho D’Água da Gameleira, na Serra Umã e o Aldeamento Baixa Verde, na região do Pajeú, reunindo nesses locais os índios Chocó e Umã.

Segundo Santos Júnior (2014), é notório que os religiosos, durante todo o período que permaneceram no Brasil, com a égide da educação, empreenderam esforços para

“educar” os indígenas na fé católica romana e introduzi-los na prática da agricultura para subsistência dos próprios aldeamentos e na formação de um contingente de mão-de-obra disponível para estimular o desenvolvimento agropastoril da região.

No sertão do semiárido, o Rio São Francisco faz parte do universo físico e simbólico para os indígenas, como também as serras sempre foram e ainda são espaços de resistência, meio de sobrevivência através do uso de recursos naturais numa relação histórica, sociocultural e identitária. Principalmente a Serra Negra, pois os índios Pankará que habitam a Serra do Arapuá, afirmam que a denominação de cada família tem como ancestralidade as origens na Serra Negra (MENDONÇA, 2003).

Não obstante aos aldeamentos estabelecidos em meados de 1850, a Serra Negra continuou servindo como local de “refúgio” dos chamados “índios de corso” e de outros aldeamentos devido às pressões fundiárias. Por essa época, propagou-se a ideia de que os aldeados da Serra Negra estariam causando atos de violência e desordem. Para conter essas “desordens” em busca de apaziguar a região, o poder estatal de Pernambuco decidiu recomendar o envio de missionários e a criação de novos aldeamentos, como foi o caso do aldeamento no Brejo dos Padres, para reunir os indígenas de antigos aldeamentos e os “índios de corso” (ARRUTI, 1996; SANTOS JÚNIOR, 2014).

Nessa mesma época, foi inaugurado o processo de regularização de áreas rurais, definindo em propriedades particulares e em áreas de terras devolutas, pertencentes ao governo. Assim, uma nova configuração foi estabelecida por meio da incorporação de áreas de antigos aldeamentos, considerados extintos, pelas câmaras municipais, por fazendeiros, latifundiários e até pequenos agricultores não indígenas, que estabeleceram o controle das terras. Oliveira (2004) considera o momento da “terceira mistura” um processo mais marcante para os povos indígenas no Nordeste, pela limitação de suas posses, “deixando impressas marcas em suas memórias e narrativas”. Segundo o autor, os povos originários no Nordeste “desapareceram” no final do século XIX enquanto coletividades, principalmente, pela desestruturação de seus territórios, sendo reconhecidos de forma individualizada como “remanescentes”, “descendentes” e ainda como “caboclos”.

Oliveira (2004; 2014) considera também que, a partir da década de 1920, com o reconhecimento pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI, há uma insurgência dos “descendentes” dos Carnijós, por meio da criação de Posto Indígena na área do antigo aldeamento da Missão Ipanema, onde estão aldeados os atuais Fulni-ô, na cidade de

Águas Belas/PE. A partir daí ocorreram várias articulações interétnicas, principalmente nas décadas de 1930 a 1950. Isso fez com que outros povos passassem a solicitar o reconhecimento de áreas de antigos aldeamentos e a solicitação da instalação de postos indígenas, como foi o caso dos Atikum, na Serra Umã, e das investidas dos Pankará, na Serra do Arapuá, momento marcado pelo “segundo processo de territorialização” (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Vale salientar que o ritual do Toré (Figuras 2 e 3), passou a ser o elemento disparador, mediador e legitimador étnico dos povos originários, conectando o passado e o presente por meio dos “encantados” como condição de afastamento da condição de mistura, numa reconstrução identitária relacionando com os antepassados míticos de forma metafórica dos “troncos velhos” para redescobrirem-se “pontas de ramas” (ARRUTI, 1996).

Figura 2: Toré na Aldeia de Assunção do Povo Truká



Fonte: IRPAA (2000).

Destacamos também que, para o povo Truká, a década de 1970 foi marcante no processo de afirmação étnica, quando os indígenas empreenderam um grande movimento de “retomada”. Um novo sentido passara a fazer parte do processo de mobilização étnica Truká, marcado pelo conflito entre posseiros e indígenas, intervenção do Estado através de uma empresa estatal, a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) e de outros Departamentos e Programas que estimulavam o assentamento de novos colonos com o objetivo de “desenvolvimento” agrícola da Ilha da Assunção.

Figura 3: Lideranças do Povo Truká e pesquisadores (autores)



Fonte: os autores (2024).

Após o acentuado processo de mobilização durante as décadas de 1970 e 1980, os Truká conquistaram o reconhecimento do território da Ilha de Assunção pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e, em 17 de agosto de 1993, através da Portaria nº 315, é

definida a delimitação territorial do Povo Truká, na Ilha de Assunção, no município de Cabrobó/PE. Atualmente, a população Truká que vive na Ilha de Assunção é estimada em mais de cinco mil pessoas (FLORÊNCIO, 2020). Devido aos processos históricos de disputas e esbulhos de suas terras pelos não indígenas, o povo Truká ocupa atualmente outras áreas, como ilhas no município de Orocó, em Pernambuco, a aldeia Tapera, no município de Paulo Afonso, e a aldeia Camixá, na zona rural de Sobradinho, ambas no estado da Bahia (SANTOS; ALVES, 2016).

A concepção de territorialidade afirmada por Oliveira (2004) e Arruti (1996), bem como a noção de fronteiras étnicas a partir de Fredrik Barth (2000), aparece com o sentido de refletir sobre as formas de apropriação dos ambientes, as noções de pertencimento e de afirmação identitária. Pois mesmo que esses grupos mantenham uma longa relação de contato com a chamada sociedade envolvente e com outros grupos indígenas na região, as fronteiras étnicas permanecem, ainda que ocorram “mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas”. Nesse sentido, as diferenças culturais persistem mesmo com a ocorrência “do contato interétnico e da interdependência entre etnias”. Por isso, “os grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores” (BARTH, 2000, p. 27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de reflexões historiográficas proposto aqui tem como principal intuito oportunizar a percepção da construção sociocultural de ambientes naturais, como tentativa de evidenciar uma História Ambiental no sertão ribeirinho do São Francisco, com foco nas dinâmicas de ocupação e usos dos recursos naturais para afirmação da identidade indígena, na perspectiva de compreender que os saberes locais sobre o ambiente são o resultado das estratégias adotadas para garantir a sobrevivência e as mobilizações para posse do território pelos indígenas (CAMPOS, 2006).

Em nosso estudo, utilizamos a História Oral para pesquisas sobre as memórias dos povos originários, pois essa técnica possibilita compreender subjetividades e representações pretéritas, a partir das situações vividas e da compreensão do passado (Alberti, 2004). Nesse sentido, essa opção metodológica se deu no intuito de compreender a historiografia do povo indígena por meio dos relatos dos anciãos e lideranças para

perceber os processos históricos, socioculturais e ambientais vivenciados por esses indígenas.

As memórias serão compreendidas neste estudo a partir da concepção de Halbwachs (2004), quando afirma que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias atuais as experiências do passado, e nas reflexões de Pollak (1989), quando salienta que o aprendido, o vivido e o herdado ocorrem por meio de interações permanentes tanto nas memórias individuais quanto nas coletivas.

A relação dos nativos com a natureza faz parte do universo sociocultural e cosmológico; os indígenas do sertão nordestino outorgam grande importância aos seus territórios físicos e simbólicos. Por isso, buscamos compreender os significados que atribuem à natureza, as formas de uso que fazem dos ambientes, procurando evidenciar a relevância atual de estudos sobre as populações indígenas como tentativas de intervenção na atual crise ecológica. Assim, acreditamos contribuir para a afirmação e valorização dos conhecimentos, saberes e fazeres dos indígenas do sertão pernambucano.

Agradecimentos:

Aos povos indígenas de Pernambuco, por desenvolverem seus movimentos de luta e ressignificação, incluindo aí um rico material didático e paradidático, com a Ação Saberes Indígenas na Escola;

Ao grupo de pesquisa Opará, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por apoiar e publicar as pesquisas e os trabalhos desenvolvidos por, para e com os indígenas da Região de Abrangência do Opará (Rio São Francisco).

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu.** Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional (Dissertação Mestrado em Antropologia Social). UFRJ, 1996.

ARRUTI, J. M. **A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco.** In: Oliveira, J. P. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena.* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231-279.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BATISTA, M. R. R. **Construindo e recebendo heranças: as lideranças Truká**. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional. (Tese Doutorado Antropologia Social). Ed. UFRJ, 2005.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C; JANETE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v.5, n. 11, p. 121-136 · maio-ago. 2011.

CAMPOS, C. S. (2006). **Por uma antropologia ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas**. Recife (Dissertação de Mestrado em Antropologia), Editora da UFPE, 2006.

CLASTRES, Pierre (1977). **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Comunicação Científica, **Rev. Col. Bras. Cir.** 34 (6), 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>.

FERRAZ, S.; BARBOSA, B. F. **Sertão: fronteira do medo**. Recife: UFPE, 2015.

FLORENCIO, R. R. Aspectos Culturais do Povo Truká de Assunção: Territorialidades Emergentes. **Revista Rios Eletrônica** (UNIRIOS) ISSN 1982-0577. Vol. 14 nº 24. Paulo Afonso, 2020.

FLORENCIO, R. R.; ABIB, P. R. J. Os povos indígenas do Opará e a educação intercultural: uma etnografia crítica. **Revista Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 16, nº 1, 2022, p. 105-136.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

MENDONÇA, C. F. L. **Os índios da Serra do Arapuá: identidade, território e conflito no Sertão de Pernambuco**. Recife (Dissertação de Mestrado em Antropologia). Editora UFPE, 2003.

OLIVEIRA, E. G. S. **Os índios Pankará na Serra do Arapuá: relações socioambientais no Sertão pernambucano**. Campina Grande. UFCG. (Dissertação Mestrado em História). Repositório da Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

OLIVEIRA, J. P. **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, J. P. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, FAPERJ-UFRJ, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. 2(3): 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

REESINK, E. **Raízes Históricas: a Jurema, enteógeno e ritual na História dos povos indígenas no Nordeste**. In: Mota, C. N. & Albuquerque, U. P. (Orgs.). *As muitas faces da jurema: de espécie botânica à divindade afro-indígena*. Recife, Edições Bagaço, 2002.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007.

SANTOS, C. A. B.; ALVES, R. R. N. Etnoictiologia do povo indígena Truká, nordeste do Brasil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** 12(6): 1-10. DOI 10.1186/s13002-016-0078-y., 2016.

SANTOS, J. M. **Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por Barragens: estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil**. Salvador: UFBA/PGCS. (Tese Doutorado em Cultura e Sociedade). Repositório da Universidade Federal da Bahia, 2008.

SANTOS, J. R. S. **Povos indígenas em Pernambuco: o povo Pankará e suas especificidades geográficas**. Recife, UFPE (Monografia Conclusão Licenciatura em Geografia), 2011.

SANTOS JÚNIOR, C. F. **Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação e a política indigenista sobre os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845)**. Recife: UFPE, (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SILVA, E. **“Os caboclos” que são índios: História e resistência indígena no Nordeste**. In: Portal do São Francisco—Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF. Belém de São Francisco, 3(3): 2004, p. 127-137.

SILVA, E. Os restos dos índios Sukurú de Cimbres: cultura material, história e identidade indígena no Nordeste entre os anos 1930 e 1950. In: **CLIO: Série Arqueológica**, 22, 2007, p. 149-176.

SILVA, E. Índios no semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, 35, 2017, p. 254-272.